

CÓDIGO CIVIL

Coordenação

Elsa Vaz de Sequeira
Fernando Oliveira e Sá

EDIÇÃO DO

CINQUENTENÁRIO

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA
Lisboa 2017

Índice

ELSA VAZ DE SEQUEIRA | FERNANDO OLIVEIRA E SÁ

- 9 Prefácio

O DIREITO CIVIL PORTUGUÊS NO CONTEXTO EUROPEU

REINHARD ZIMMERMANN | NILS JANSEN

- 15 Direito Europeu dos Contratos: Fundamentos, Comentários, Síntese

SALVATORE PATTI

- 47 Codification, decodification and recodification of private law in Europe

PARTE GERAL

RAUL GUICHARD

- 69 A elaboração do Código Civil de 1966. Sua génese, sistematização e técnica legislativa. Em especial, a adoção de uma Parte geral

MARIA JOÃO MATIAS FERNANDES

- 111 Os Cinquenta Anos da Parte Geral do Direito de Conflitos e um Eventual Regulamento «Roma 0»: Entre o Enaltecimento do Passado e as Interrogações Acerca do Futuro

HENRIQUE SOUSA ANTUNES

- 141 Dotação, Afetação e Alienação do Património das Fundações

ANA FILIPA MORAIS ANTUNES

- 161 Negócio em fraude à lei

FERNANDO OLIVEIRA E SÁ

- 189 A formação e a interpretação de contratos plurilaterais

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

- ANTÓNIO AGOSTINHO GUEDES
- 215 Pacto de Preferência e Direitos Legais de Preferência:
Os Efeitos da Ação da Preferência
(Em Busca do Artigo Esquecido)
- MANUEL CARNEIRO DA FRADA
- 239 Autonomia privada e Justiça Contratual.
Duas questões, nos 50 anos do Código Civil
- NUNO MANUEL PINTO OLIVEIRA
- 255 Em tema de alteração das circunstâncias: A prioridade da
adaptação/modificação sobre a resolução do contrato
- JOSÉ CARLOS BRANDÃO PROENÇA
- 313 A responsabilidade civil extracontratual nos 50 anos
de vigência do Código Civil: um olhar à luz do direito
contemporâneo
- MARIA GABRIELA PÁRIS FERNANDES
- 389 A compensação dos danos não patrimoniais reflexos nos
cinquenta anos de vigência do Código Civil português
- ANA TAVEIRA DA FONSECA
- 423 A recusa de cumprimento da obrigação por dificuldade do
devedor: Em especial a dificuldade de cumprimento de
obrigações de género ilimitado
- ANA AFONSO
- 447 Cláusula de condição e risco contratual (no Código Civil
de 1966)
- FERNANDO A. FERREIRA PINTO
- 463 Resolução dos contratos duradouros

DIREITOS REAIS

- ARMANDO TRIUNFANTE
- 483 A usucapião e os seus efeitos: fixação temporal do efeito
retroativo da usucapião

- ELSA VAZ DE SEQUEIRA
501 Compropriedade: Uso e Administração da Coisa Comum

- RUI PINTO DUARTE
525 Evolução do Regime da Propriedade Horizontal

DIREITO DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES

- MARIA CLARA SOTTOMAYOR
557 O interesse da criança e a guarda partilhada nos casos de divórcio

- JORGE DUARTE PINHEIRO
579 Atualidade e pertinência do Código Civil em matéria de família e sucessões

- RITA LOBO XAVIER
593 Para quando a renovação do Direito sucessório português

Prefácio

ELSA VAZ DE SEQUEIRA E FERNANDO OLIVEIRA E SÁ

Esta obra tem um duplo propósito. Por um lado, comemorar o aniversário do Código Civil; por outro, aproveitar o simbolismo da data para promover uma reflexão séria sobre a evolução do Direito Civil. Numa palavra, homenagear o passado, analisar o presente e pensar o futuro. Tudo isto de forma crítica e numa perspetiva comparada.

Como é do conhecimento geral, os reparos dirigidos ao Código de Seabra ditaram que em 1944 o Governo decretasse a criação de uma comissão composta por juristas de elevada envergadura para proceder à elaboração de um novo Código Civil. Volvidas mais de duas décadas de forte labor doutrinal, foi publicado, a 25 de novembro de 1966, o segundo Código Civil português. É um Código de inspiração germânica, tecnicamente evoluído, embora não raro acusado de excessiva conceptualização, de alguma rigidez e de um relativo anacronismo no tratamento de certas matérias. Noutras, pelo contrário, é verdadeiramente inovador, como é o caso dos artigos 335.º e 2079.º e seguintes.

Trata-se, no entanto, de um código que tem conseguido resolver as questões práticas que se foram colocando nos últimos 50 anos. O mérito deste feito deve-se em grande medida ao esforço dos nossos tribunais e da academia. O trabalho conjugado da jurisprudência e da doutrina tem permitido dar resposta a um dos maiores desafios do jurista contemporâneo: fazer frente aos novos problemas resultantes das alterações sociais, económicas e culturais que inevitavelmente acompanham a passagem do tempo, mormente no que respeita à interpretação e aplicação das normas vigentes – na sua maioria ainda na versão originária – às circunstâncias atuais, tão distintas das de 1967. Basta pensar nas profundas modificações do modelo de família, na modernização dos meios de comunicação ou na transformação e alargamento do comércio jurídico.

É verdade que o legislador também foi tentando responder a este desafio, remodelando alguns regimes, revogando outros ou introduzindo novas figuras. Haja em vista as modificações profundas de que o Direito da Família foi alvo, quer na configuração do casamento quer na regulamentação das responsabilidades parentais, as sucessivas tentativas de

resolver os problemas relacionados com o arrendamento, a extinção da enfiteuse ou o estatuto do animal que põe em causa a tradicional dicotomia coisa/prestação.

Numa altura como esta, não se pode, contudo, descurar todo o movimento reformista do Direito Civil, sobretudo no âmbito do direito das obrigações, que tem vindo a acontecer nos países europeus que comungam da mesma matriz jurídica, impondo-se de forma premente a questão sobre se Portugal não deveria proceder igualmente a uma modernização do seu Direito Civil. Concretamente, e a título meramente exemplificativo, questiona-se se não se deveria repensar:

- a) O modelo de codificação;
- b) A pertinência das regras relativas ao direito dos conflitos em face da sua inequívoca europeização;
- c) O enquadramento e os limites à constituição de fundações;
- d) Todo o modelo de formação do negócio, assente na celebração de negócios bilaterais, descurando os negócios plurilaterais e unilaterais;
- e) A relação entre a autonomia privada e a justiça;
- f) O regime vigente sobre cumprimento e incumprimento dos contratos, à semelhança do que aconteceu no BGB ou até no Code Civil;
- g) O sistema sucessório, mormente as regras sobre legítima ou a proibição de pactos sucessórios, perguntando se não se deveria permitir esse tipo de negócio, facilitando o processo sucessório e com isso afastando muitos obstáculos atualmente existentes e que tanta perturbação causam na gestão das empresas familiares.

Importa igualmente fazer um balanço da evolução e aplicação nestes 50 anos de figuras como o negócio em fraude à lei, o pacto de preferência, a alteração das circunstâncias, a responsabilidade extra-obrigacional, nomeadamente a indemnizabilidade dos danos não patrimoniais, o risco nos negócios condicionais, a usucapião, a compropriedade, a propriedade horizontal ou a guarda partilhada da criança nos casos de divórcio.

Estes são alguns dos temas que mereceram uma reflexão mais cuidada por parte dos autores desta obra. Muitos dos contributos aqui reunidos têm por base a comunicação oral do respetivo signatário apresentada na conferência internacional comemorativa do cinquentenário do Código

Civil, que o *Católica Research Centre for the Future of Law* organizou em março de 2017.

A todos que permitiram a concretização deste projeto, o nosso muito obrigado. Um agradecimento em particular é devido ao Mestre David Halfin e ao Dr. Miguel do Carmo Mota pelo trabalho de edição dos textos. As últimas palavras são dirigidas às sociedades DLA PIPER-ABBC e SLCM, que tão generosamente patrocinaram esta iniciativa.